

CB
26/3/96 p. 16
572

DIREITOS HUMANOS

Plano de Jobim quer mudar imagem do País

Alexandre Botão
Da equipe do Correio

Vira e mexe o Brasil é citado no mundo inteiro como um país que não cuida dos direitos humanos de seus cidadãos. Agora, o governo quer mudar essa imagem.

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, apresentou ontem, na 50ª reunião da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, o programa brasileiro que trata do assunto. Ou que pretende tratar melhor o assunto.

São boas intenções. Mas o grande problema do "Plano Nacional de Direitos Humanos", que Jobim levou à Suíça, é ter que fazer duas coisas ao mesmo tempo.

Enquanto trata de questões emergenciais como discriminação racial, demarcação de terras indígenas e violência à mulher e à criança, tem que remanejar certas leis brasileiras que são da "idade da pedra" e acabam depondo contra o próprio País.

Virgem — O item do Plano de Direitos Humanos que trata da "mulher", por exemplo, faz uma espécie de "mea culpa" e propõe a "revogação das normas discriminatórias ainda existentes na legislação infraconstitucional".

O programa cita alguns pontos do Código Civil Brasileiro, em vigor desde 1917, entre eles o "direito de anulação, pelo homem, do casamento quando a mulher não é virgem". Segundo o plano, a revogação dessa norma deve acontecer "a médio prazo".

Outra determinação que o Brasil pretende adotar, "a médio prazo", diz respeito ao crime de estupro no Código Penal: sai do capítulo de "crime contra costumes" e passa para o capítulo de "crime contra a pessoa". O estupro torna-se, dessa forma, um delito mais grave e a pena para esse tipo de crime aumentará.

Violência — O famoso "desacato à autoridade" também será revisado. O programa propõe "a revisão da legislação sobre abuso de autoridade e do tipo "desacato à autoridade" no Código Penal".

Nas ações consideradas emergenciais, o Plano Nacional dos Direitos Humanos — que deve ser anunciado oficialmente no Brasil só no dia 13 de maio — tem muitas promessas.

O documento, de 80 páginas, mostra que o País quer mapear a violência urbana no Brasil e os conflitos de terra para poder atuar nessas áreas com maior eficácia, coibir a prática do trabalho forçado — principalmente de crianças e adolescentes —, aumentar o número de penitenciárias para melhorar a condição de vida dos presos, e muitas outras coisas que, talvez, até o ministro Nelson Jobim não sabe se poderão ser todas realizadas.

Tanto que em seu discurso nas Nações Unidas, Jobim frisou que o governo "está consciente de que o plano não será suficiente em si, pois a garantia dos direitos humanos depende também da atuação da sociedade".

Carlos Moura



Índios das mais variadas etnias protestaram contra o Decreto 1.775. Em meio a danças, protocolaram um manifesto no Ministério da Justiça

Repercussão é positiva

Antônio Carlos Arruda, presidente do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, acha que o plano atende em parte às reivindicações da entidade. "É um avanço, já que o governo assume um compromisso internacional".

Paulo de Mesquita Neto, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), que está ajudando o Ministério da Justiça no texto final do projeto, concorda: "Como política de governo o plano é muito importante".

Mas não foi aos negros que o ministro Nelson Jobim dedicou a maior parte do tempo do seu discurso na Comissão das Nações Unidas.

Ele tentou, e muito, esclarecer a alteração legal que introduziu o direito da contestação nos processos de demarcação de terras indígenas.

A medida vem sendo criticada por entidades ligadas aos índios. Jobim alegou que, com a nova regra, o governo quer apressar os processos contestados na Justiça.

O ministro falou ainda sobre as melhorias sociais que as ações do plano podem trazer ao Brasil e ressaltou a urgência da adoção de algumas medidas.

PRINCIPAIS PONTOS

Segurança

- Mapa da violência urbana, nas capitais com maior índice de criminalidade
- Mapa dos conflitos de terra
- Programas especiais do governo para prevenção de violência contra grupos de com risco, como crianças, mulheres, negros, índios, homossexuais, trabalhadores e líderes rurais
- Revisão da lei de porte de arma e criação de programas de desarmamento
- Aperfeiçoar critérios de seleção de policiais e inclusão de cursos de DH nas academias de polícia
- Revisar legislação sobre abuso de autoridade e do tipo desacato à autoridade no Código Civil

Impunidade

- Federalizar as questões judiciais relativas a direitos humanos
- Regulamentar controle externo da atividade policial pelo Ministério Público

Prisões

- Implementar programa de

emergência para aumentar número de vagas nos presídios com recursos do Fundo Penitenciário Nacional

Tratamento igualitário

- Concessão gratuita de certidões de registro de nascimento e de óbito

Crianças

- Propor alteração na lei sobre crime de exploração sexual infanto-juvenil
- Propor lei penal sobre exploração de trabalho infantil
- Instituir política nacional de estímulo à adoção

Trânsito

- Apoiar, no Congresso Nacional, anteprojeto que altera o Código de Trânsito brasileiro

Trabalho forçado

- Adequar legislação para coibir trabalho forçado

Mulheres

- Implementar programa de prevenção à violência

Negros

- Apoio ao grupo criado para sugerir ações de valorização

■ Fonte: Plano de Direitos Humanos

Índios protestam contra decreto

Enquanto o ministro da Justiça, Nelson Jobim, explicava ontem na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, o Decreto 1.775, que introduziu o princípio do contraditório nas demarcações de terras indígenas, cerca de 300 índios Kaiowá, Tembé, Nhambikwara, Kayapó, Atroari, Guajajara, Kalapalo, Pataxó, Guarani abriam, na sala Nereu Ramos, da Câmara, em Brasília, um seminário para criticar o decreto e questionar a política indigenista do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O contraditório permite a contestação de todas as áreas indígenas demarcadas e não homologadas. Os índios acusam o 1.775 de criar incertezas e desestabilizar o processo de demarcação feito pela Funai. No final das discussões, eles leram um manifesto na rampa do Congresso e depois o protocolaram no Ministério da Justiça, em meio a cantos e danças de suas aldeias.

Segundo o deputado Gilney Viana (PT-MT), o decreto abre a possibilidade de qualquer um alegar direitos sobre as áreas indígenas, o que está criando intranquilidade em várias regiões do país, com iminência de conflitos armados.